

EMENDA Nº - CCJ
(à PEC nº 45, de 2019)

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 127 do ADCT, nos termos do art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019:

“**Art. 127.**

Parágrafo único. O imposto previsto no art. 153, VIII, da Constituição Federal somente poderá ser cobrado pela União a partir de 2027, quando ocorrer a redução a zero das alíquotas do imposto previsto no art. 153, IV, da Constituição Federal.”

JUSTIFICAÇÃO

O texto da PEC não estabelece qualquer vedação para que a União efetue a cobrança do Imposto Seletivo (art. 153, VIII) antes de 2027, quando está prevista a redução para zero das alíquotas do IPI. Como o objetivo da reforma é de simplificação das normas tributárias sem que disso decorra aumento de carga tributária aos contribuintes, é essencial que o Imposto Seletivo somente tenha a sua cobrança iniciada quando ocorrer a redução da alíquota do IPI (art. 153, IV) para zero.

Sala da Comissão,

Senador LAÉRCIO OLIVEIRA